



**GRUPO DE TRABALHO  
TRANSVERSAL**

**CARTÃO FAMÍLIA  
CARIOCA**

**RELATÓRIO FINAL**

JUNHO/2016

## GTT CARTÃO FAMÍLIA CARIOCA

**1ª Entrega:** Diagnóstico dos sistemas que proveem as informações sobre as condicionalidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), Secretaria Municipal de Educação (SME) e Secretaria Municipal de Saúde (SMS), elencando quais são estes e suas características;

**2ª Entrega:** Apresentação de proposta para relatórios consolidados com informações das condicionalidades da SMDS, SME e SMS;

**3ª Entrega:** Requisitos necessários para o desenvolvimento do Sistema de Gestão da Informação do programa Cartão Família Carioca.

O Grupo de Trabalho Transversal do Cartão Família Carioca – GTT CFC – tem como objetivo desenhar um modelo de Sistema de Gestão da Informação para o programa Cartão Família Carioca (CFC), elaborando proposta de relatórios a serem desenvolvidos pelos órgãos finalísticos envolvidos no programa, ou seja, Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social, Saúde e Educação.

Para tanto, estão previstas no Termo de Abertura deste GTT, três entregas principais, sendo elas:

- 1) Diagnóstico dos sistemas que proveem as informações sobre as condicionalidades da SMDS, SME e SMS, elencando quais são estes e suas características;
- 2) Apresentação de proposta para relatórios consolidados com informações das condicionalidades da SMDS, SME e SMS;
- 3) Requisitos necessários para o desenvolvimento do Sistema de Gestão da Informação do programa Cartão Família Carioca.

Este projeto se justifica pela necessidade de se obter dados de forma rápida, integrada e transversal, uma vez que envolve diferentes Secretarias, que necessitam gerar relatórios inteligentes, com informações relevantes, que possibilitem aos gestores interpretar seus indicadores e tomar decisões com maior precisão.

O Cartão Família Carioca foi criado e instituído pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, através do Decreto nº 32.887, de 08 de outubro de 2010, como um programa de transferência condicionada de renda, complementar ao Programa Bolsa Família, do Governo Federal. Este programa busca reduzir os níveis de pobreza e indigência da cidade, dar maior igualdade de oportunidades para os jovens e as crianças cariocas e garantir às famílias mais pobres o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde.

A coordenação do Programa é da Secretaria Municipal da Casa Civil e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

São beneficiárias do programa as famílias que já recebem o benefício do Programa Bolsa Família e que tem renda menor que R\$ 108,00 (cento e oito reais) per capita. O valor do benefício pago às famílias varia de acordo com a renda de cada uma. O objetivo é complementar a renda até chegar ao valor de R\$108,00 (cento e oito reais) por pessoa. Por exemplo: se uma família recebe R\$70,00 (setenta reais) por cada membro, o benefício será no valor de R\$38,00 (trinta e oito reais) por pessoa.

Além desses critérios, também é considerado um valor mínimo de benefício igual a R\$ 20,00 (vinte reais) e uma quantidade máxima de beneficiários igual a 3 crianças e adolescentes entre 0 e 17 anos de idade, mais um adulto responsável.

Há também benefícios financeiros vinculados à performance dos alunos da Rede Municipal.

Para que a família possa receber o benefício do Cartão Família Carioca é exigido o cumprimento de algumas condicionalidades, que são:

### 1) EDUCAÇÃO

- a. Cada criança da família em idade escolar mantenha frequência mínima de 90% nas aulas;
- b. Pelo menos um dos responsáveis compareça às reuniões bimestrais da escola.

OBS.: Para incentivar o desenvolvimento escolar das crianças e adolescentes do programa, a SME regulamentou o artigo 5º do Decreto nº 32.887 através da Resolução SME nº 1103, de 14 de outubro de 2010, que estabelece que serão concedidos, a título de adicional de desempenho, aos alunos do 2º ao 9º ano da rede pública municipal, que atendam, além da condicionalidades, às seguintes condições:

1. Apresentem melhoria das notas nas provas bimestrais em 15%, quando forem alunos de Escolas do Amanhã, e em 20%, quando aluno das demais escolas, desde que a nova nota alcançada seja superior a 4,0.
2. Obtenham notas mínimas nas avaliações bimestrais:
  - a. 7,0, quando forem alunos de Escolas do Amanhã, e 7,5, quando forem alunos das demais escolas, no caso de 2º ao 5º anos.
  - b. 6,0, quando forem alunos de Escolas do Amanhã, e 6,5, quando forem alunos das demais escola, no caso de alunos do 6º ao 9º anos.

O valor do bônus é de R\$50 e é pago por um mês, após a apuração.

### 2) SAÚDE

- a. Para todos os beneficiários com idade entre zero e um ano:
  - i. Manter as vacinas em dia conforme calendário oficial do Ministério da Saúde;
  - ii. Acompanhar mensalmente o crescimento e desenvolvimento da criança no serviço de saúde;

- iii. Informar mensalmente o tipo de aleitamento;
  - iv. Realizar avaliação mensal do estado nutricional;
  - v. Informar à equipe de saúde sempre que ocorrer casos de hospitalizações, infecções respiratórias, diarreias ou outras condições de adoecimento da criança.
- b. Para todos os beneficiários com idade entre um e dois anos:
- i. Manter as vacinas em dia conforme calendário oficial do Ministério da Saúde;
  - ii. Acompanhar trimestralmente o crescimento e desenvolvimento da criança no serviço de saúde;
  - iii. Realizar avaliação trimestral do estado nutricional;
  - iv. Informar à equipe de saúde sempre que ocorrer casos de hospitalizações, infecções respiratórias, diarreias ou outras condições de adoecimento da criança.
- c. Para todos os beneficiários com idade entre doze e dezenove anos:
- i. Manter vacinas atualizadas para hepatite B e tétano conforme calendário do Ministério da Saúde;
  - ii. Participar de ao menos um grupo educativo ou consulta sobre prevenção à dependência química e educação em saúde, na unidade de saúde de referência semestralmente.
- d. Para todas as gestantes:
- i. Realizar todas as vacinas conforme calendário vacinal para gestante;
  - ii. Realizar mensalmente consultas de pré-natal, intercaladas entre médico e enfermeiro;
  - iii. Realizar os exames laboratoriais do pré-natal conforme protocolo do Município;

- iv. Realizar consulta de puerpério em até quinze dias após o parto.

Para entender a complexa dinâmica de informações inerentes ao programa Cartão Família Carioca e, conseqüentemente, atender a primeira entrega pactuada pelo GTT, o grupo adotou como metodologia de trabalho a realização de reuniões com as equipes de cada secretaria responsáveis e envolvidas na geração dos dados sobre as condicionalidades, que são a fonte primária de informações para que possam ser pensados e desenvolvidos relatórios gerenciais integrados.

Neste contexto, descreve-se abaixo os resultados obtidos com estas reuniões, relatando as características e informações disponíveis de cada órgão.

#### **A. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SMDS)**

Foi realizada, no dia 07/10/2015, a primeira reunião, cujo objetivo foi conhecer o Sistema de Pagamento do CFC utilizado pela SMDS. As informações obtidas com este encontro foram as seguintes:

- i. A origem dos dados para pagamento do CFC é a listagem de beneficiários do Bolsa Família do Governo Federal;
- ii. O calendário de pagamento é o mesmo do programa do Governo Federal, definido no início do ano, quando ocorre a entrega de arquivos para que a Prefeitura possa formular seu calendário, se adequando as datas definidas pelo Governo Federal;
- iii. A partir desta informação, a SMDS reúne os dados enviados pelas Secretarias Municipais envolvidas (SME, SMS e, eventualmente, da Secretaria Municipal de Pessoa com Deficiência (SMPD));
- iv. Os arquivos enviados pela SME tem a extensão “txt” e informam sobre descumprimento das condicionalidades relacionados à educação, direito a bônus adicional por performance, conforme os critérios do Programa, e alunos portadores de deficiência, que recebem o benefício em dobro;

- v. A base de informações da SME são o N° de Identificação Social (NIS) do Responsável pelo aluno, o NIS do aluno, o número do Conselho de Classe (COC) e o ano, o COC a que se refere o arquivo (pois pode ser informação retroativa) e o tipo de descumprimento (frequência às aulas inferior a 90% ou ausência do Responsável na Reunião de Pais). Essas informações são oriundas das Unidades Escolares, que as lançam nas fichas cadastrais do sistema e identificam os alunos beneficiários;
- vi. A SME, momentaneamente, utiliza dois sistemas para registro e controle da vida escolar de seus alunos, o Sistema de Controle Acadêmico (SCA) e Sistema de Gestão Acadêmica (SGA). Ambos têm a mesma função, registrar a matrícula, as movimentações, a frequência e o desempenho dos alunos, sendo que o SCA é um sistema local, enquanto o SGA é um sistema em rede. O primeiro foi desenvolvido pela Empresa Municipal de Informática (Iplanrio), enquanto o segundo foi desenvolvido por empresa contratada. No entanto, atualmente, ambos encontram-se sob gestão da Gerência Técnica de Informação Local (GTIL). O SGA tem funcionalidades que o SCA não tem, tais como: o lançamento do planejamento, da frequência e do desempenho dos alunos direto pelo professor regente da turma, além do planejamento e do lançamento das atividades realizadas. A frequência dos Responsáveis na reunião, indicação de alunos portadores de deficiência e beneficiários dos Programas Bolsa Família e Cartão Família Carioca são outras informações que a escola lança diretamente no SGA.
- vii. A periodicidade com que as informações são enviadas é bimestral, após cada COC, já que o bimestre letivo não representa obrigatoriamente um período de dois meses, e sim, o intervalo entre dois Conselhos de Classe. Os COCs são quatro reuniões previstas em calendário, nas quais se avalia o trabalho realizado, o desenvolvimento dos alunos, se planeja novamente as ações, se decide quais alunos necessitam de trabalho de recuperação paralela e a promoção ou retenção dos mesmos. Na elaboração do calendário letivo, procura-se planejar os

COCs de maneira a dividirem o ano letivo em quatro períodos iguais, mas necessidades pedagógicas, associadas a recessos escolares após carnaval, meio e final de ano, feriados e pontos facultativos, além, do próprio período de fechamento dos sistemas dos Programas Sociais, fazem com os períodos letivos sejam mais longos ou mais curtos.

- viii. Após os COCs, são realizadas as reuniões de Responsáveis e em 15 dias as informações tem que estar consolidadas para envio à SMDS;
- ix. A SMS envia, semestralmente, informações para o bloqueio do benefício, utilizando o NIS como referência. Esta informação é fornecida pela Subsecretaria de Promoção, Atenção Primária e Vigilância em Saúde (SUBPAV);
- x. O atendimento na rede municipal de saúde tem 4 modelos de prontuário, cujo registro se dá pelo CPF. Seus sistemas estão sob a responsabilidade de empresas contratadas;
- xi. Embora não exista condicionalidade ligada à SMDS, a Secretaria, além de ser responsável pelo pagamento, fornece informações sobre o bônus para os beneficiários integrantes do Pró Jovem, serviço de convivência de 15 a 17 anos;
- xii. Após receber todas as informações, a SMDS envia arquivo para a Caixa Econômica Federal (CEF), que é a responsável por fazer o pagamento do benefício;
- xiii. A CEF informa periodicamente os usuários que não sacaram o benefício e posteriormente devolve os valores ao Tesouro Municipal;
- xiv. A ausência do beneficiário tem como causa, na maioria das vezes, problemas com o endereço, o que dificulta ou inviabiliza a entrega de notificações;
- xv. O sistema de pagamento foi desenvolvido pela IplanRio, a qual faz a manutenção e os “back log”, que são atualizações sugeridas pela SMDS no início do ano. A título de informação, foi registrado que, por conta dos diversos sistemas a serem desenvolvidos pelas equipes da Iplanrio para



atender as demandas da Prefeitura, não há disponibilidade de suporte para a SMDS, exceto no caso de *bugs*;

- xvi. O sistema gera relatórios de bloqueio, suspensão de pagamento e alterações de endereço / município do beneficiário.

## **B. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS)**

A reunião ocorreu no dia 03/11/2015, com a participação da equipe do GTT e, por parte da SMS, da Assessora de Informação da Superintendência de Atenção Primária (SAP) da SUBPAV, Monique Bloise, e a Analista Dayane, responsável pelo encaminhamento dos relatórios do órgão. As informações obtidas com esta reunião foram:

- i. A SMS recebe do Ministério da Saúde uma base de dados com as informações dos beneficiários do programa Bolsa Família (BF) e da SMDS uma base de dados dos beneficiários do programa CFC;
- ii. Além dos campos “Nome da mãe”, “Data de Nascimento” e “CPF”, o NIS individual e do responsável (NISRESP) são usados como chave para fazer a correspondência dos arquivos;
- iii. Os dados são enviados em arquivo no formato CSV (texto), oriundos dos Prontuários Eletrônicos das Unidades Básicas de Saúde. Há 4 prontuários eletrônicos diferentes, sendo eles Vitacare, Prime, Medicine One e Alert. O primeiro está presente em quase 80% das unidades de saúde;
- iv. A última atualização da base de dados do CFC ocorreu em Julho/2015;
- v. O acompanhamento das informações do prontuário eletrônico é mensal, porém a atualização dos dados junto à SMDS ocorre semestralmente, por meio de arquivo texto;
- vi. Atualmente, o prontuário eletrônico da Coordenadoria Geral de Atenção Primária da Área de Planejamento 1.0 (CAP 1.0) não está permitindo a exportação automática dos dados, de modo que esta coordenação insere suas informações diretamente no Portal SUBPAV;

- vii. Existe uma base de dados com todos as informações consolidadas e a mesma é criptografada. Até Julho/2015 esta base não permitia manter o histórico das informações, mas isso foi alterado. De toda forma, não há como recuperar dados anteriores a este período;
- viii. O relatório gerado atualmente possui os dados que constam do dicionário de dados, encaminhado em anexo a este documento.

### **C. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SME)**

No dia 26 de novembro de 2015, ocorreu a reunião da equipe do GTT com a pessoa da equipe da Coordenadoria de Gestão e Governança (CGG) responsável pela consolidação das informações relativas ao programa CFC e encaminhamento dos arquivos para a SMDS. As informações obtidas com esta reunião foram as seguintes:

- i. A SME envia três arquivos com extensão txt para a SMDS, após o a realização dos COCs e das Reuniões de Responsáveis.
- ii. Do primeiro arquivo, constam os beneficiários que descumpriram as condicionalidades. Do segundo, os beneficiários com direito ao bônus de desempenho. E o terceiro, segue com a relação dos beneficiários que são portadores de deficiência.
- iii. No primeiro COC, não é enviado o arquivo de descumprimento, pois para haver bloqueio de benefício, o beneficiário tem que descumprir alguma das condicionalidades em dois COCs consecutivos e no mesmo ano letivo.
- iv. Quando ocorre o bloqueio de benefício, essa sanção só é aplicada em um mês, pois a informação é enviada para o controle, em média, a cada dois meses e é possível que a família tenha descumprido num mês, mas tenha regularizado a situação no mês seguinte.
- v. O pagamento de bônus também só ocorre em um mês.

- vi. A informação do 1º COC determina o pagamento do benefício de julho. A do 2º COC, o pagamento de outubro. A do 3º COC, o de dezembro e a informação do 4º COC, gera o pagamento de fevereiro do ano seguinte.
- vii. Os Responsáveis por alunos matriculados em creche conveniadas e beneficiários do CFC, são orientados a participar das Escolas de Pais em uma unidade da rede pública. A informação de descumprimento de condicionalidades seguem no mesmo arquivo dos alunos da rede pública.

Como resultado das reuniões e dos levantamentos realizados pelo GTT nesta primeira etapa de trabalho, obteve-se um primeiro cenário, apresentando quais dados são gerados pelos órgãos e de que maneira ocorre o fluxo destes, de modo a garantir o pagamento do benefício do programa CFC aos seus beneficiários.

Como segunda e terceira etapas do trabalho, tendo como referência os dados, hoje, coletados e a perspectiva de um gestor, que precisa de informações eficazes para tomada de decisões rápidas e criteriosas, o GTT apresenta uma proposta de relatórios a serem desenvolvidos, os pré-requisitos necessários para os mesmos e alternativas de viabilização da geração destes relatórios.

Ademais, ao longo do período de trabalho, o GTT observou que seria importante fazer algumas recomendações em termos de modificações de processos de trabalho atualmente em curso nas Secretarias, de modo a se abrir a possibilidade de geração de novos dados e/ou os mesmos em outros tempos. Esta nova forma de operar poderia permitir maior pró-atividade nos casos de não cumprimento de condicionalidades e, o que é mais importante, corrigir rotas para que o usuário siga usando o serviço público de maneira eficaz.

Isto posto, abaixo são apresentados os resultados do trabalho realizado, divididos em três sessões: i) Proposta de Relatórios Gerenciais; ii) Pré-

requisitos necessários para atender à Proposta de Relatórios Gerenciais; e iii) Avanços institucionais e outros relatórios gerenciais.

## i) PROPOSTA DE RELATÓRIOS GERENCIAIS

A proposta de Relatórios Gerenciais ora apresentada está baseada nos dados fornecidos, hoje, pelas Secretarias envolvidas, ou seja, SMDS, SMS, SME e SPDM, esta responsável pelas informações de beneficiários com deficiência. Os mesmos têm como objetivo, única e exclusivamente, dar respostas ao cumprimento das condicionalidades estabelecidas para os beneficiários do Programa Cartão Família Carioca.

Sendo assim, propõe-se que sejam produzidos os seguintes relatórios:

- a. Número de beneficiários do CFC – por escola e por Unidade de Saúde da Atenção Primária;
- b. Desempenho dos alunos beneficiários do CFC (bimestral e contínuo – mostre evolução ao longo dos bimestres e anos) – por escola e por Unidade de Saúde da Atenção Primária;
- c. Pagamento de Bônus Adicional por Performance (escolar) – por aluno, por escola, por CRE e por Unidade de Saúde da Atenção Primária;
- d. Prevalência do recebimento do Bônus Adicional por Performance (escolar) – identificação de quem recebe bônus, explicitando se são sempre as mesmas pessoas que recebem os bônus ou se a quantidade de beneficiários pode ser a mesma, mas as pessoas que o recebem são diferentes – por escola, por CRE e por Unidade de Saúde da Atenção Primária;
- e. Situação vacinal dos beneficiários do CFC – por escola (quando couber) e por Unidade de Saúde da Atenção Primária;
- f. Gestantes beneficiárias do CFC – por escola (quando couber) e por Unidade de Saúde da Atenção Primária;

- g. Gestantes beneficiárias do CFC realizando pré-natal – por escola (quando couber) e por Unidade de Saúde da Atenção Primária;
- h. Estado Nutricional dos alunos beneficiários do CFC – por escola e por Unidade de Saúde da Atenção Primária.

OBS.: Cabe registrar que as informações a serem geradas pela SMS estão condicionadas as áreas de cobertura da Estratégia de Saúde da Família. No entanto, trabalha-se com o horizonte de que, ao final do ano de 2016, a cidade terá 70% de cobertura, sendo privilegiados os territórios de maior vulnerabilidade para que tenham cobertura de 100%.

Os relatórios supracitados são básicos e de imediata implantação, sendo capazes de gerar informações gerenciais que subsidiem tanto o gestor macro do Programa, quanto gestores locais nas suas tomadas de decisão e planejamento de ações.

Na sessão que abordará as “**recomendações para avanços institucionais e produção de outros relatórios gerenciais**” serão apresentadas sugestões para que estes relatórios possam ser mais robustos, a depender do investimento em novos sistemas e/ou novos processos de trabalho.

## ii) **PRÉ-REQUISITOS PARA GERAÇÃO DE RELATÓRIOS GERENCIAIS**

Tendo em vista que a 3ª entrega deste trabalho prevê a definição de pré-requisitos necessários para o desenvolvimento de sistema capaz de gerar os relatórios propostos, o GTT trabalhou na direção de buscar informações para construção do mesmo.

Uma vez que a Prefeitura possui uma empresa de informática e que a mesma desenvolve trabalhos para os diversos órgãos da Prefeitura, inclusive, estando envolvida no processo de trabalho atual de geração/consolidação das

informações do CFC, entrou-se em contato com a IplanRio, com o intuito de estudar a viabilidade do desenvolvimento de dito sistema e suas necessidades.

Primeiramente, houve uma conversa com o Gerente da gerência Técnica de Informática Local, Marco Antônio Correia da Silva, que ao ouvir a demanda sugeriu que fosse agendada uma conversa com o Gerente de *Business Intelligence (BI)*, Marcelo de Souza Castilho, ambos integrantes da Coordenadoria Técnica de Atendimento, cujo Coordenador Técnico é o Fernando Ivo Pimentel Cavalcante.

Após apresentação da demanda, entendeu-se que para alcançar o objetivo proposto a solução de desenvolvimento de um *BI* seria a mais eficaz, pois além de menos onerosa, seria mais simples e rápida.

No entanto, é importante deixar registrado que a IplanRio informou possuir um grupo de trabalho em andamento, cujo objetivo é a elaboração de uma proposta de sistema que atenda à programas como o CFC de forma mais robusta. Uma das propostas trata de desenvolver um sistema que atenderá o “Prefeitura Social” e o “Cartão Família Carioca”. O Plano de Projeto prevê estimativa de custos, arquitetura do sistema, infraestrutura.

De toda forma, para evoluir no desenho da proposta em questão, a equipe da Gerência de *Business Intelligence* apresentou seu processo de trabalho, o qual inclui a definição de requisitos para o projeto, a criação de um Modelo Lógico, a construção do *BI* e sua implantação. Neste contexto, a etapa de trabalho desenvolvida pelo GTT corresponde à definição de requisitos do projeto.

Em anexo a este documento, coloca-se também a apresentação realizada pela equipe da Gerência de *Business Intelligence*, da qual constam informações detalhadas sobre a forma de contratação do serviço, o que está contemplado, fórmula de cálculo do custo aproximado do mesmo, entre outras informações.

Uma das informações que fazem parte do escopo da definição de requisitos é a construção da matriz de indicadores do projeto, a qual pode ser utilizada para calcular uma *proxy* do custo do mesmo. Cada célula da matriz é um indicador e o custo do projeto é calculado em função do número de indicadores selecionados. Os projetos podem ser implantados em etapas, de forma a que se aumente o número de indicadores gerados, porém diluindo o custo do projeto ao longo do tempo.

Abaixo, apresenta-se a Matriz de Indicadores, tendo em conta os indicadores propostos na sessão anterior e a periodicidade da informação dos dados.

|   | ESCOLA | UNIDADE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA | SEXO | PERÍODO  |
|---|--------|-----------------------------|------|----------|
|   | Bairro | Bairro                      |      | Ano      |
|   | CEP    | CEP                         |      | Bimestre |
|   | CRE    | CAP                         |      |          |
| Quantidade de Beneficiário do CFC                 | X      | X                           | X    |          |
| Desempenho Semestral (Nota no COC)                | X      | X                           | X    | X        |
| Beneficiários do Bônus Adicional por Desempenho   | X      | X                           | X    | X        |
| Situação Vacinal                                  | X      | X                           | X    |          |
| Gestante beneficiária do CFC                      | X      | X                           |      |          |
| Gestante beneficiária do CFC realizando pré-natal | X      | X                           |      |          |
| Estado Nutricional                                | X      | X                           | X    |          |

Esta matriz seria capaz de fornecer informações importantes, do ponto de vista do gestor macro do Programa – dando subsídios ao mesmo para entrevistas e planejamento de novas ações, bem como para o dia a dia dos gestores locais, que, se trabalharem de forma integrada na ponta, serão capazes de otimizar seus recursos e serem proativos na resolução de problemas.

O *BI* desenvolvido levaria em conta perfis/status de acesso diferenciados: consulta dos dados intersetorialmente (CVL+SMAS+SMDS+SME); lançamento das informações referentes ao pagamento (ou não pagamento) do benefício; condicionalidades (SME para educação e SMS para Saúde); e pagamento do benefício (SMDS).

Após reunião de alinhamento com o cliente deste GTT – a Subsecretária Roberta Guimarães – ocorrida em 07 de abril de 2016, foi sugerido que, para além da IplanRio, fosse avaliada a possibilidade de uso do SIURB – Sistema de Informações Urbanas, gerenciado pelo Instituto Pereira Passos – IPP, na produção dos relatórios.

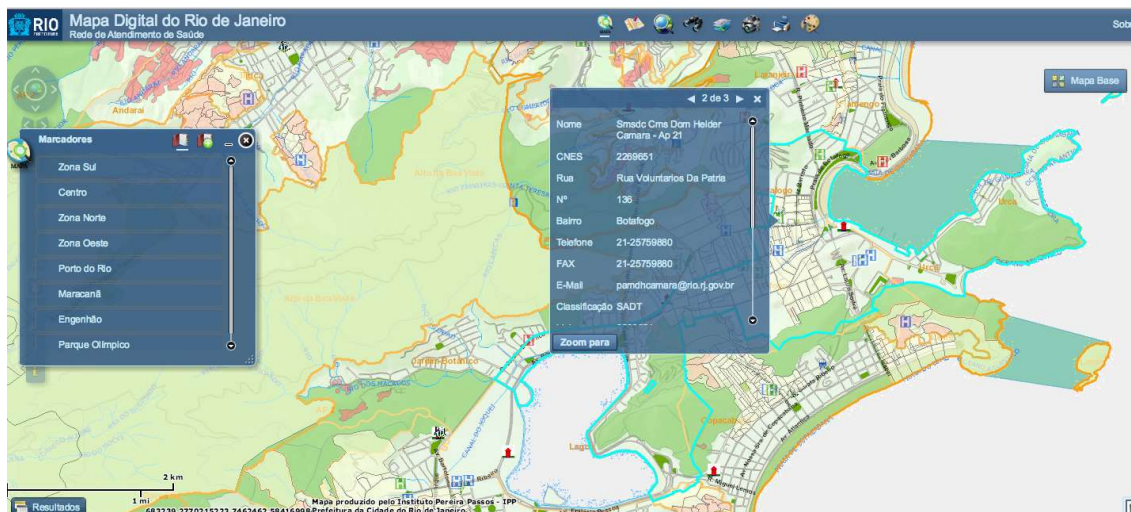
O SIURB tem como finalidade reunir, gerir, integrar e atualizar o conjunto de informações sobre a cidade do Rio de Janeiro, estabelecendo um canal de comunicação eficiente entre os órgãos, de forma a subsidiar políticas públicas da PCRJ. Além disso, ele tem a capacidade de ampliar a disseminação de aplicativos com informações da cidade, servindo para funcionários da PCRJ, estudantes, acadêmicos, pesquisadores e o cidadão em geral.

O SIURB é um sistema que “lê” as bases de dados disponibilizadas pelos órgãos da Prefeitura e apresenta as informações selecionadas de maneira georreferenciada, ou seja, sobre o mapa da cidade do Rio de Janeiro o usuário pode selecionar tantas quantas sejam as informações que ele desejar, de acordo com o que estiver disponível, fazendo as combinações que preferir.

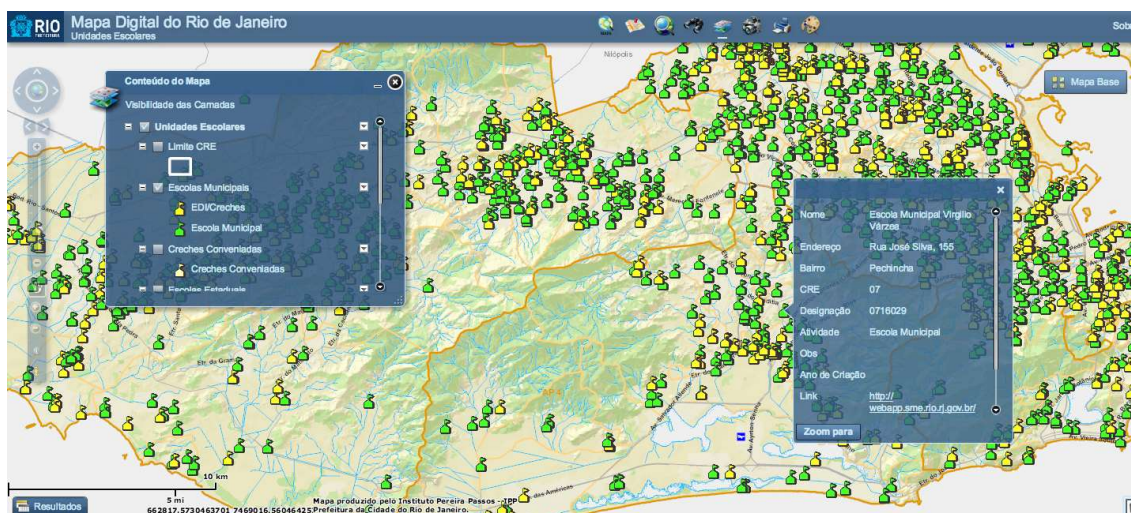


Abaixo, seguem os exemplos de como as informações da SMS e da SME são disponibilizadas:

**Secretaria Municipal de Saúde – CMS Dom Helder Câmara, selecionado pelo marcador Zona Sul e visualização no mapa.**



**Secretaria Municipal de Educação – Escola Municipal Virgílio Várzea, selecionada por meio de visualização no mapa.**



Foi o DECRETO Nº 38.879 DE 2 DE JULHO DE 2014 que criou o SIURB e nele está previsto:

Art. 3º. Integram o Sistema Municipal de Informações Urbanas, os órgãos diretamente responsáveis pela implementação da Política de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do município, nos termos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável da Cidade.

- I. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos – IPP;
- II. Secretaria Municipal de Urbanismo – SMU;
- III. Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMAC;
- IV. Secretaria Municipal de Habitação – SMH;
- V. Secretaria Municipal de Transportes – SMTR;
- VI. Secretaria Municipal de Obras – SMO;
- VII. Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SECONSERVA;
- VIII. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS;
- IX. Secretaria Municipal de Fazenda – SMF;
- X. Secretaria Municipal da Casa Civil – CVL;
- XI. Secretaria Municipal de Ordem Pública – SEOP;
- XII. Secretaria Municipal de Saúde – SMS;
- XIII. Secretaria Municipal de Educação – SME;
- XIV. Secretaria Municipal de Cultura – SMC;
- XV. Fundação Instituto das Águas do Município do Rio de Janeiro – RIOÁGUAS;
- XVI. Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro – GEORIO;
- XVII. Fundação Parques e Jardins do Município do Rio de Janeiro – FPJ;
- XVIII. Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro – CETRIO;
- XIX. Companhia Municipal de Energia e Iluminação – RIOLUZ;
- XX. Companhia Municipal de Limpeza Urbana – COMLURB;
- XXI. Instituto Rio Patrimônio da Humanidade – IRPH;
- XXII. Empresa Municipal de Informática – IPLANRIO.

Artigo 4º - Caberá ao IPP coordenar o Sistema Municipal de Informações Urbanas do Município do Rio de Janeiro, responsabilizando-se pelo suporte técnico-administrativo necessário ao seu funcionamento.

Parágrafo Único: O Poder Executivo Municipal dotará o Órgão Coordenador do Sistema Municipal de Informações Urbanas de recursos orçamentários anuais para a constituição e manutenção do Sistema Municipal de Informações Urbanas.

De forma prática, cada órgão da Prefeitura que integra o SIURB possui uma equipe que interage com o IPP e que define quais e como as informações serão disponibilizadas para o sistema. Neste processo de trabalho está incluído definir como se darão as atualizações da base de cada órgão, dependendo da origem dos dados.

Para, especificamente, pensar a viabilização de um sistema de informação para o Cartão Família Carioca, como desdobramento da orientação da Subsecretaria Roberta Guimarães, o GTT se reuniu com as pessoas responsáveis por este sistema nas secretarias (SME, SMS e SMDS) e no IPP para entender o uso que o mesmo está tendo e suas perspectivas futuras. Seguem abaixo os pontos observados:

#### 1. SME

- a. Disponibiliza informações a nível de escolas e creches (próprias ou conveniadas), tais como nome, endereço, bairro, CRE, designação, atividade, ano de criação;
- b. Não há dados dos alunos, como por exemplo, nome, endereço, notas, se é beneficiário de algum programa social, etc;
- c. Há algumas conversas sobre a possibilidade de se georreferenciar os alunos, mas é algo que ainda está sendo amadurecido pelos técnicos;
- d. Os dados não são disponibilizados de maneira totalmente automática, ou seja, não é um acesso direto a base de dados da SME, mas sim demanda intervenção de técnicos para criar as “views” que alimentam o SIURB;

#### 2. SMS

- a. Informações referentes as unidade de saúde, tais como CNES, endereço, status, tipo de gestão (municipal, estadual, federal), qual o atendimento (Clínica especializada/Ambulatório de especialidade, Pronto Socorro Geral, etc);
- b. Base de dados dos prontuários não está integrada ao sistema e não há, a princípio, a intenção de fazê-lo;

#### 3. SMDS

- a. Ainda não há dados da SMDS disponibilizados no SIURB e estão trabalhando para incluir as informações das unidades de atendimento (CDS, CRAS, CREAS, Conselhos Tutelares, etc);

- b. Foi manifestada preocupação em relação ao sigilo profissional das informações tratadas pelos profissionais da Assistência Social, a complexidade dos conteúdos que poderiam ser disponibilizados e para quem, ao tamanho ao limite do banco de dados, a falta de padronização dos dados e a forma destes serem apresentados;
- c. O SIURB não seria um sistema para trabalhar com a lógica do indivíduo, mas sim de maneira agregada;
- d. Necessidade de envolvimento no projeto dos integrantes da coordenação do CFC em todos os órgãos.

#### 4. IPP

- a. Ambiente elaborado para compartilhamento de informações;
- b. Existe nível de controle de acesso a informação, de acordo com o perfil de cada usuário;
- c. Há necessidade de melhora nos registros e nos processos de trabalho para que a informações possam ser mais relevantes e/ou robustas;
- d. Há um diálogo com a educação para tentar viabilizar o georreferenciamento de alunos, porém se faz necessário aprimorar os registros, pois no cenário atual, por exemplo, haveria problemas no que diz respeito ao preenchimento do campo de endereço dos alunos;
- e. O sistema permite a geração de relatórios que consolidam as informações das bases de dados disponíveis, apresentando gráficos e tabelas;
- f. Necessidade de diálogo com a IplanRio para o carregamento de informações que ainda não estão na base de dados do SIURB;
- g. Custo do SIURB: Licença ARCGIS (R\$ 3 milhões para 3 anos) + Mão de obra IPP; limite de 3 senhas por órgão (total de 100 senhas foram contratadas), sendo que mais de uma pessoa pode usar o mesmo login de acesso.

Uma vez tendo sido feita uma análise com base nas informações obtidas por meio das reuniões realizadas, o GTT entende que o SIURB pode ser uma solução para viabilizar a produção de relatórios gerenciais sobre o Cartão Família Carioca, porém algumas questões devem ser observadas:

- i. A lógica do georreferenciamento é o grande diferencial deste sistema. Trabalhar nesta lógica em nível de indivíduos seria um avanço que demandaria grande investimento (capital, trabalho e tempo) de todos os órgãos, embora se depreenda das conversas que esta não é a intenção original do sistema, ou seja, não foi com este intuito que o mesmo foi desenvolvido;
- ii. Em termos de funcionalidades para geração de gráficos e relatórios, a interface do SIURB não é tão “friendly” quanto a que foi apresentada pela equipe de BI da IplanRio;
- iii. Por outro lado, percebe-se uma intencionalidade na administração municipal no sentido de potencializar o SIURB, o que pode ser uma vantagem competitiva para o mesmo e um ganho de sinergia com outros projetos;
- iv. As bases de dados originais de cada órgão precisam ser analisadas com maior detalhe e melhoradas, pois elas são as fontes primárias do sistema e, uma vez que não tenham um preenchimento adequado, isso implica em não se conseguir bons resultados com o SIURB.

Sendo assim, a conclusão a que chegou o grupo de trabalho é que ambas as soluções – BI ou SIURB – poderão atender a demanda apresentada, embora venham a demandar esforços distintos, no que tange a governança, tempo e dinheiro.

Por outro lado, a necessidade de se debruçar sobre as bases de dados primárias para melhorá-las, inclusive repensando os processos de trabalho dos diversos órgãos, será uma constante qualquer que seja o encaminhado escolhido pela Secretaria Municipal da Casa Civil.

Outro ponto de relevância crucial para o desenvolvimento deste processo, sem o qual nenhuma solução funcionará e também está relacionado com o comentário do parágrafo anterior diz respeito à “chave”, o “conector” de todas as bases de dados. Ou seja, o uso do CPF, do NIS, NIS do Responsável, nome, nome da mãe, data de nascimento, enfim, todas estas informações precisam estar alinhadas – e hoje não estão – para que seja possível desenvolver a integração destas bases.

Apenas para ilustrar, hoje, para que a SMS possa informar à SMDS o cumprimento ou não pelos beneficiários das condicionalidades do Cartão Família Carioca, se faz necessário um trabalho braçal para cruzar as informações do CADÚnico com os prontuários eletrônicos, pois não há, necessariamente, o preenchimento de um campo comum nas duas bases (o CADÚnico tem como preenchimento obrigatório o campo NIS, enquanto para a SMS a obrigatoriedade de preenchimento recai sobre o CPF). Utiliza-se, para que seja possível encontrar o beneficiário do CFC nos prontuários eletrônicos, o CPF, NIS, NIS RESP, Data de Nascimento e Nome.

### **iii) RECOMENDAÇÕES PARA AVANÇOS INSTITUCIONAIS E PRODUÇÃO DE OUTROS RELATÓRIOS GERENCIAIS**

Na perspectiva de ampliação do escopo das informações e análises que poderiam ser realizadas, comparando, por exemplo, o desempenho e evolução temporal dos beneficiários do Programa CFC frente aos não beneficiários, esta sessão procura trazer uma perspectiva de médio e longo prazo, na qual a possibilidade de mudanças nos processos de trabalho, desenvolvimento de novos sistemas e cenários dos serviços municipais prestados sejam uma variável possível.

Neste sentido, se tenta refletir sobre possibilidades de agregar informações que, hoje, já estariam disponíveis e seriam de fácil acesso – como as informações dos alunos que não são beneficiários do Programa CFC, mas também de novos dados que demandam maiores investimentos – como, por exemplo, de um sistema de Informação da SMDS, que proporcione dados sobre a vulnerabilidade das famílias, frequência dos usuários dos seus serviços de convivência, informações de trabalho e emprego dos usuários, condições de habitação, entre outras.

Nesta sessão, se pensa também a possibilidade da gestão pública ser mais proativa e se antecipar aos problemas. Aqui, cabe a proposta de emissão de “alertas” que evitem que os beneficiários percam seu benefício, além da otimização de recursos, por meio da interlocução entre diferentes programas – muitas vezes o beneficiário de um programa é também beneficiário de vários outros (exemplo, beneficiários do CFC com o Programa Saúde na Escola (PSE), com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), Rede de Adolescentes promotores da Saúde – Rap da Saúde , entre outros.

Desta forma, propõe-se como outras possibilidades de relatórios:

- a. EVOLUÇÃO do beneficiário a partir do recebimento do CFC: Comparação da família beneficiária com ela mesma durante o TEMPO (situação de vulnerabilidade);
- b. COMPARAÇÃO DA FREQUÊNCIA ESCOLAR, NOTA, APROVAÇÃO, etc. entre beneficiários do CFC e não beneficiários (quando a comparação for possível): família CFC com demais famílias por ESCOLA, CRE, REGIÃO, CIDADE;
- c. Sugestões de dados a serem analisados pela SME: GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA e PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES DE PAIS

OBS.: Importante destacar que, no caso dos segmentos escolares, há de se considerar diferenças (que podem se tornar distorções), tais como: Escola X Creche; Escolas do Amanhã X Escolas “Regulares”, entre outros.

No mais, especificamente no que tange as possibilidades da SMDS, destaca-se como sugestão que o sistema da mesma possa ir além de um Sistema de Pagamentos do benefício, sendo capaz de gerar dados importantes para a compreensão dos avanços destas famílias – por exemplo, situação formal de trabalho, ou seja, passou do desemprego para o emprego, do informal para o formal, etc.; capacitação profissional (ou aperfeiçoamento); condições de habitação e acesso a cultura, etc.

Por fim, para concluir na perspectiva de recomendações para avanços institucionais, é de suma importância registrar que urge que se tenha uma coordenação das políticas sociais que estão sendo desenvolvidas pela PCRJ atenta a sobreposição de esforços. Ao longo deste trabalho e ao conversar com diversas pessoas dos órgãos envolvidos ou potencialmente envolvidos, verificou-se diferentes iniciativas sendo desenvolvidas que se estivessem sob uma mesma coordenação implicariam em otimização de recursos. Iniciativas, tais como, desenvolvimento de indicadores para avaliação e monitoramento das famílias cariocas mais vulneráveis demandarão uma integração de bases muito similar a pensada neste projeto. Para além destes, outros projetos que constam no Planejamento Estratégico 2017-2020 da PCRJ, como por exemplo, Primeira Infância Carioca e Territórios Sociais se beneficiariam do desenvolvimento das propostas aqui apresentadas.